

PRESIDÊNCIA

O Desembargador RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, etc. RESOLVE:

PORTARIA Nº2138/2010-GP. Belém, PA, 09 de setembro de 2010.

CONSIDERANDO o disposto no art. 1º da Resolução nº 05/2008-GP, que dispõe sobre a implantação e estabelece normas para o funcionamento do processo judicial eletrônico (Projudi) no Poder Judiciário do Estado do Pará; CONSIDERANDO que a implementação gradativa do PROJUDI nas comarcas deste Estado irá proporcionar uma maior celeridade processual. Art.1º. Implementar o processo judicial eletrônico na Vara do Juizado Especial Cível de Acidentes de Trânsito. §1º. As ações que se iniciarem a partir de 15 de dezembro de 2009 só poderão ser propostas pelo método digital; §2º. Os processos não eletrônicos distribuídos até o dia 14 de dezembro de 2009 continuarão tramitando pela metodologia tradicional até a sua finalização, ressalvada a possibilidade do magistrado determinar sua conversão para a forma eletrônica. Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a partir de 15 de dezembro de 2009.

PORTARIA Nº2140/2010-GP. Belém, 10 de setembro de 2010.

CONSIDERANDO o requerimento protocolizado sob o nº 2010001048622; 1- FACULTAR o expediente forense na Comarca de Vigia, em virtude de feriado municipal, nos dias 13 e 27 de setembro do corrente ano, exceto os serviços essenciais. 2- SUSPENDER os prazos processuais na comarca no referido dia.

PORTARIA Nº2141/2010-GP. Belém, 10 de setembro de 2010.

Considerando as determinações emanadas do Conselho Nacional de Justiça por meio da Resolução nº 70 de 18 de março de 2009, que trata sobre o Planejamento e a Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências. Considerando a necessidade de cumprimentos das metas estabelecidas no Planejamento Estratégico do Poder Judiciário do Estado do Pará aprovado pela Resolução 027/2009-GP de 09 de dezembro de 2009, para o período 2010-2014. Considerando a necessidade de acompanhamento dos projetos que fazem parte do Planejamento e Gestão Estratégica deste Poder Judiciário. Art.1º Designar os Magistrados e servidores abaixo discriminados como Gestores dos Projetos do Planejamento Estratégico 2010/2014 no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará.

PROGRAMA/TEMA	PROJETO	MAGISTRADO/SERVIDOR
Eficiência Operacional	Padronização de Procedimentos Judiciais	Magistrado Dr. Cristiano Arantes Silva e Rita Cecília Viana de Souza
	Juizado Especial Digital	Antonio Benedito Coimbra Sampaio Junior
	Libra	Márcio Goes do Nascimento
	Expansão da Infraestrutura Judiciária	Juizes Auxiliares da Presidência
	Processo Administrativo Digital	Mário José Matos Tavares
	Sistema de Gestão de Custos	Alex Gaspar de Oliveira
	Sustentabilidade das Ações da Agenda Socioambiental	Magistrada Dra. Maria Vitória Torres do Carmo e Adalberto Magalhães Malcher da Silva Junior
Acesso ao Sistema de Justiça	Conciliando com a Justiça	Avani Leão de Araujo Rodrigues
	Justiça Ribeirinha	Magistrada Desa. Célia Regina de Lima Pinheiro
	Concretizando a Justiça	Juizes Auxiliares da Presidência
	Criação do Núcleo de Gestão de Conflitos Fundiários	Magistrada Dra. Kátia Parente Sena
Responsabilidade Social	Modernização dos Cartórios de Registro de Imóveis	Magistrada Dra. Kátia Parente Sena
	Justiça e Cidadania	Juizes Auxiliares da Presidência
Alinhamento e Integração	Aguapé	Magistrado Dr. Claudio Henrique Lopes Rendeiro
	Gestão e Monitoramento do Planejamento Estratégico	Teresa Lusía Mártires Coelho Cativo Rosa e Sueli Lima Ramos Azevedo
	Banco de Boas Práticas	Juizes Auxiliares da Presidência
Atuação Institucional	Parceiros da Justiça	Juizes Auxiliares da Presidência
	Laudos Periciais	Juizes Auxiliares da Presidência
	Justiça e Ética	Juizes Auxiliares da Presidência
	Rádio Justiça	Walbert da Silva Monteiro
Gestão de Pessoas	Capacitação de Magistrados e Servidores	Ana Cristina Klautau Leite Chaves e Silvia Regina Moreira Bastos
	Padronização dos Procedimentos Administrativos	Roberto Lobo Saleme e Mário José Matos Tavares
	Alocação de Recursos Humanos	Alice Cristina Costa Loureiro e Fátima Santos Frota da Silva